



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Nº da proposição
00007/2019

Data de autuação
08/02/2019

Assunto principal: PROPOSIÇÕES
Assunto: PROJETO DE LEI

Autor: DEPUTADO LEONARDO ARAUJO

Ementa:

DENOMINA DE SEBASTIÃO PEREIRA CRUZ NETO, A ARENINHA A SER CONSTRUÍDA NO MUNICÍPIO DE MISSÃO VELHA/CE.

Comissão temática:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Nº do documento:	(S/N)	Tipo do documento:	PROJETO DE LEI
Descrição:	DENOMINA DE SEBASTIÃO PEREIRA CRUZ NETO, A ARENINHA A SER CONSTRUÍDA NO MUNICÍPIO DE MISSÃO VELHA/CE		
Autor:	99691 - DEPUTADO LEONARDO ARAUJO		
Usuário assinator:	99691 - DEPUTADO LEONARDO ARAUJO		
Data da criação:	08/02/2019 08:01:33	Data da assinatura:	08/02/2019 08:02:55



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

GABINETE DO DEPUTADO LEONARDO ARAÚJO

AUTOR: DEPUTADO LEONARDO ARAUJO

PROJETO DE LEI
08/02/2019

DENOMINA DE SEBASTIÃO PEREIRA CRUZ NETO, A ARENINHA A SER
CONSTRUÍDA NO MUNICÍPIO DE MISSÃO VELHA/CE.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art. 1º. Fica denominada de Sebastião Pereira Cruz Neto a areninha, a ser construída pelo Governo do Estado do Ceará, no município de Missão Velha.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Sebastião Pereira Cruz Neto, conhecido por Batinha, nasceu em Barbalha, no Ceará, em 30 de agosto de 1980. É o terceiro filho do casal Luis Rosemberg Dantas Macêdo, economista, servidor da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; e da senhora Maria Gema Galgani Cruz Macêdo, pedagoga, servidora pública estadual, com atuação docente no Ginásio Paroquial de Missão Velha, responsável pela formação intelectual de inúmeros filhos de Missão Velha.

Os irmãos de Sebastião Neto são: 1) Geamberg Einstein Cruz Macêdo, médico cirurgião, com atuação profissional na região Sul do Estado, desenvolvendo serviços profissionais voluntários no município de Missão Velha/CE; 2) Márcia Eugênnia Cruz Macêdo, formada em enfermagem, servidora pública estadual em Pernambuco; 3) Luiz Rosemberg Dantas Macêdo Filho, médico anestesiológico, atual Vice-Prefeito de Missão Velha/CE.

Em segunda núpcias, o genitor de Sebastião Neto contraiu matrimônio com a senhora Marilene Eugênio Dantas Macêdo, constituindo prole de dois filhos: Amanda e Eugênio Pacelli Dantas Macêdo, que são estudantes.

Os avós paternos de Batinha são: Sebastião Pereira Cruz, conhecido por Murilo Cruz, agropecuarista, empresário e líder político, tendo exercido o cargo de Vice-Prefeito de Missão Velha/CE; e Zenir Irene

Silva Cruz, professora. Os avós maternos são: João Macêdo Coelho, empresário, contribuiu acentuadamente no ramo de construção civil, foi Vereador por diversas legislaturas em Missão Velha; e Francisca Imilce Dantas Macêdo, pertencente às tradicionais famílias políticas do Cariri.

Sebastião Neto, carinhosamente conhecido por Batinha, viveu intensamente a infância e adolescência da cidade para as fazendas, na companhia do seu avô, o líder Murilo Cruz.

Sebastião Neto iniciou seus estudos em Missão Velha/CE, mais tarde, estudou em Barbalha e Juazeiro do Norte, também no Ceará, deslocando-se diariamente para esta cidade vizinha. Graduou-se em pedagogia pela Universidade Regional do Cariri. Em seguida, realizou seu sonho profissional, formou-se em Medicina, pela Faculdade FAMENE, formando-se em junho de 2013, passando a exercer a profissão de médico com determinação e humanidade.

Mesmo cursando a faculdade em João Pessoa, Sebastião, frequentemente, visitava sua terra amada e aproveitava para rever amigos e familiares, servia sem distinção, era portador de uma inteligência admirável, apreciava uma boa prosa e conhecia por nome os seus conterrâneos.

Sebastião Neto herdou do seu avô-ídolo, Murilo Cruz, a vontade progressista, a bondade nata, as habilidades no trato com as pessoas de todos os níveis, a inflexibilidade de caráter, a mentalidade aberta, a iniciativa fecunda, a palavra sóbria, o faro da realidade, o empreendimento e realização largos, a energia temperada, o apego intransigente às ações pacíficas e o poder catalisador.

Sempre vislumbrou exercer a Chefia do Executivo com o intuito de moralizar a política administrativa de seu povo amado. Dotado de inúmeras qualidades essenciais a um homem honrado, de boa conduta, Sebastião Neto conquistou muitos amigos, os quais lhe deram invulgar aura de respeito e popularidade.

Sebastião Neto fundou a Associação de Sustentação Comunitária (ASSUC), formalizando o seu trabalho junto aos mais carentes, oferecendo atendimento médico hospitalar, assistência social, acompanhamento jurídico e outros serviços.

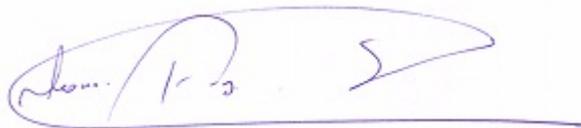
Fundou um grupo político composto por cidadãos de bem, jovens, universitários, profissionais de diversas áreas, agricultores, donas de casa, enfim, todos aqueles que sonhavam com um governo municipal renovador que implantasse um projeto benéfico ao município e que rompesse as amarras com as antigas oligarquias existentes, as quais geraram, ao longo dos anos, um bloqueio exacerbado do progresso daquela terra.

Ganhou muitos adeptos ao seu forte e invejável compromisso com Missão Velha, tanto que, em realização de pesquisas para o pleito eleitoral vindouro, aparecia “Sebastião Pereira Cruz Neto”, o jovem Batinha, liderando com uma expressiva intenção de votos para a Chefia do Executivo Municipal.

Por ironia do destino, a morte havia chegado, furtiva, inesperada e traiçoeira. Sebastião Pereira Cruz Neto foi vítima de um acidente automobilístico ocorrido em 27 de setembro de 2013, na CE 293. Profundo abalo comoveu a população, gemiam milhares de corações naquele dia fúnebre. Na Igreja Matriz, o pároco enfatizou que seria Batinha o escolhido pela população para implementar a mudança política que Missão Velha sonhava, ressaltando que os homens de bem deveriam seguir o seu exemplo de dignidade e buscar inspiração no seu projeto político renovador.

Os projetos de mudança de Sebastião Neto foram capitaneados pelo seu irmão Dr. Rosemberg Macêdo (Dr. Lorim), liderando o grupo implantado pelo líder incontestado Batinha, mantendo a esperança de uma significativa mudança dos rumos políticos e administrativos de Missão Velha.

Diante das razões expostas, denominar o trecho da CE-292, que liga a cidade de Missão Velha à Juazeiro do Norte, de Sebastião Pereira Cruz Neto, é preservar, na memória da região, a história de um notável cidadão.

A handwritten signature in purple ink, appearing to read 'Leon. Araujo', enclosed within a large, horizontal, oval-shaped flourish.

DEPUTADO LEONARDO ARAUJO

DEPUTADO (A)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME

SEBASTIÃO PEREIRA CRUZ NETO

MATRÍCULA

0207010155 2013 4 00039 004 0013812 04

SEXO Masc.	COR BRANCA	ESTADO CIVIL E IDADE SOLTEIRO, 33 anos		
NACIONALIDADE BARBALHA-CE		DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CI Rg Nº 96028122850; Tr. EL SIM	ELEITOR SIM	
FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA LUIZ ROSENBERG DANTAS MACEDO e MARIA GEMA GALGANI CRUZ MACEDO, residente RUA ELISABRIO GOMES LEITÃO, 23, CENTRO, MISSÃO VELHA-CE				
DATA E HORA DO FALLECIMENTO vinte e sete de setembro de dois mil e treze às 04:00hs			DIA 27	MÊS 09
LOCAL DE FALLECIMENTO CE 040, BARBALHA-CE			ANO 2013	
CAUSA DA MORTE Traumatismo Crânio-Encefálico, Acidente de Trânsito				
DEFULTAMENTO, CREMAÇÃO (MUNIC. E CEMIT. SE CONHECIDOS) MISSÃO VELHA-CE			DECLARANTE ALVARO DE MACEDO EMERALDO NETO, brasileiro, solteiro, Fotógrafo, residente e	
NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO Francisco Erivan Alves, CRM-4851, DO Nº 18057937-1				
OBSERVAÇÕES / AVERAÇÕES Deixou bens, não deixou testamento conhecido, não deixou filhos. Era eleitor em Missão Velha-Ce.				

PRIMEIRO CARTÓRIO DE BARBALHA
O Oficial, Marcelino Maciel Torres

Barbalha - CE
Rua Nezinho de Sá, 77 Centro
Tel. 35321230

AC 334 310

OSLN
REGISTRAL O

Nº 45 334 310

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fe.

Barbalha, 27 de setembro de 2013.

Marcelino Maciel Torres
Mayara de Sá Barreto Torres Lavor
Escritor
CPF: 031.449.173-03

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

Nº do documento:	(S/N)	Tipo do documento:	DESPACHO
Descrição:	LEITURA NO EXPEDIENTE		
Autor:	99725 - EVA SARA STUDART ARAÁŠJO PEREIRA		
Usuário assinador:	99623 - EVANDRO LEITAO_		
Data da criação:	12/02/2019 11:24:59	Data da assinatura:	12/02/2019 13:11:11



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PLENÁRIO

DESPACHO
12/02/2019

LIDO NA 4ª (QUARTA) SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 12 DE FEVEREIRO DE 2019.

CUMPRIR PAUTA.

EVANDRO LEITAO_

1º SECRETÁRIO

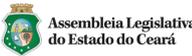
Nº do documento:	(S/N)	Tipo do documento:	INFORMAÇÃO
Descrição:	ENCAMINHE - SE À PROCURADORIA		
Autor:	99113 - VIRNA LISI AGUIAR		
Usuário assinator:	99113 - VIRNA LISI AGUIAR		
Data da criação:	21/02/2019 10:57:47	Data da assinatura:	21/02/2019 10:57:52



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

INFORMAÇÃO
21/02/2019

	Diretoria Adjunta Operacional	CÓDIGO:	FQ-COTEP-014-00
	Formulário de Qualidade Comissões Técnicas Permanentes	DATA EMIÇÃO:	11/06/2018
	Formulário de Protocolo para Procuradoria	DATA REVISÃO:	

Encaminha-se à Procuradoria para emissão de parecer.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

VIRNA LISI AGUIAR
SECRETÁRIO (A) DA COMISSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Fortaleza, 21 de fevereiro de 2019.

Ofício nº 010/2019-PROC.

Senhor Secretário:

DAE	PROTOCOLO
PROC. Nº	
2510 21 19	
MUNICÍPIO Solânea	

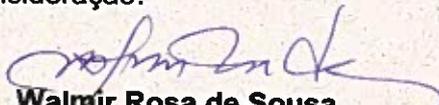
Tramita nesta Assembleia Legislativa, o Projeto de Lei nº 00007/2019, de autoria do Exmº. Sr. **DEPUTADO LEONARDO ARAÚJO**, que denomina de **SEBASTIÃO PEREIRA CRUZ NETO, A ARENINHA A SER CONSTRUÍDA NO MUNICÍPIO DE MISSÃO VELHA/CE.**

Com o fim de instruir o processo, solicitamos a V. Exa. que nos sejam prestadas as seguintes informações sobre a referida **ARENINHA**:

1. Se efetivamente a **ARENINHA** foi ou está sendo construída com recursos públicos do Estado do Ceará;
2. Se a **ARENINHA** pertence ou pertencerá ao Domínio Público Estadual;
3. Se a Unidade já foi oficialmente denominada;
4. Se a sua construção já foi concluída;
5. Caso não tenha havido conclusão, se a obra se encontra em andamento, e em qual fase.

Solicitamos a V. Exa. que tais informações nos sejam enviadas com a urgência devida, de vez que esta Procuradoria tem que emitir parecer acerca da constitucionalidade, legalidade e juridicidade do referido Projeto de Lei, obedecendo a rígido prazo regimental.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a V. Exa. os nossos protestos da mais elevada consideração.


Walmir Rosa de Sousa
Coordenador da Procuradoria da Assembleia Legislativa

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR
SILVIO GENTIL CAMPOS JÚNIOR
DD. SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E
ENGENHARIA - DAE.
NESTA CAPITAL**



Ofício nº *068* /2019-SUPER

Processo Viproc nº: 01777089/2019

Fortaleza, 25 de fevereiro de 2019

Sr. Walmir Rosa de Sousa

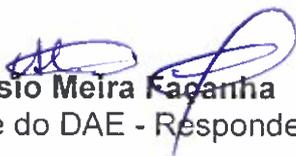
Coordenador da Procuradoria da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Cumprimentando-o cordialmente, encaminhamos o presente processo em resposta ao ofício nº 010/2019-PROC., com as informações solicitadas da construção de 01 (um) CAMPINHO (Areninha Tipo II) no Município de Missão Velha-CE.

1. O imóvel em questão foi construído com recursos públicos do Estado do Ceará;
2. O referido prédio pertence ao Município em questão;
3. Não temos informações, quer seja do Município, quer seja do próprio Estado, que a Unidade já foi denominada oficialmente;
4. A construção foi concluída;
5. A construção do CAMPINHO (Areninha Tipo II) está com 20% dos serviços executados.

Na oportunidade, renovamos os votos de estima e apreço.

Atenciosamente,


Eng.º Artur Edísio Meira Faganha
Superintendente do DAE - Respondendo



FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO	
Nº PROCESSO: 01777089/2019	DE: SUPER / DAE
INTERESSADO: Dep. Leonardo Araújo	PARA: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ
ASSUNTO: Projeto de Lei nº 00007/2019, que denomina de Sebastião Pereira Cruz Neto, o CAMPINHO (Areninha Tipo II), no município de Missão Velha-CE	DATA: 25/02/2019

- Ciente.
- Encaminhe-se à ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ para ciência.

Atenciosamente,


Eng.º Artur Edísio Meira Façanha
Superintendente do DAE - Respondendo

Nº do documento:	(S/N)	Tipo do documento:	DESPACHO
Descrição:	PL 7/2019 - REMESSA À CTJUR		
Autor:	99313 - WALMIR ROSA DE SOUSA		
Usuário assinator:	99313 - WALMIR ROSA DE SOUSA		
Data da criação:	07/03/2019 09:35:28	Data da assinatura:	07/03/2019 09:35:33



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

COORDENADORIA DAS CONSULTORIAS TÉCNICAS

DESPACHO
07/03/2019

ENCAMINHE-SE À CONSULTORIA TÉCNICO-JURÍDICA, PARA ANÁLISE E PARECER.

WALMIR ROSA DE SOUSA
COORDENADOR DA PROCURADORIA

Nº do documento:	(S/N)	Tipo do documento:	DESPACHO
Descrição:	PL 07/2019 - DISTRIBUIÇÃO PARA ANÁLISE/PARECER.		
Autor:	99281 - FRANCISCO JOSE MENDES CAVALCANTE FILHO		
Usuário assinator:	99281 - FRANCISCO JOSE MENDES CAVALCANTE FILHO		
Data da criação:	08/03/2019 11:13:12	Data da assinatura:	08/03/2019 11:13:17



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

CONSULTORIA JURÍDICA

DESPACHO
08/03/2019

A Dra. Sulamita Grangeiro Teles Pamplona para proceder análise e emitir parecer.

FRANCISCO JOSE MENDES CAVALCANTE FILHO
DIRETOR DA CONSULTORIA TÉCNICO JURÍDICA

Nº do documento:	(S/N)	Tipo do documento:	PARECER DA PROCURADORIA (1 ASSINATURA)
Descrição:	PARECER JURÍDICO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 07/2019		
Autor:	99379 - SULAMITA GRANGEIRO TELES PAMPLONA		
Usuário assinator:	99379 - SULAMITA GRANGEIRO TELES PAMPLONA		
Data da criação:	11/03/2019 09:19:54	Data da assinatura:	11/03/2019 09:20:10



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

CONSULTORIA JURÍDICA

PARECER DA PROCURADORIA (1 ASSINATURA)
11/03/2019

PROJETO DE LEI Nº 007/2019

AUTORIA: DEPUTADO LEONARDO ARAUJO

MATÉRIA: *DENOMINA DE SEBASTIÃO PEREIRA CRUZ NETO, A ARENINHA A SER CONSTRUÍDA NO MUNICÍPIO DE MISSÃO VELHA/CE.*

PARECER

Submete-se à apreciação da Procuradoria desta Casa de Leis, com esteio no Ato Normativo 200/96, em seu art. 1º, inciso V, a fim de emitir-se parecer técnico quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade, o **Projeto de Lei nº 007/2019**, de autoria do Excelentíssimo **Senhor Deputado Leonardo Araujo** que **“DENOMINA DE SEBASTIÃO PEREIRA CRUZ NETO, A ARENINHA A SER CONSTRUÍDA NO MUNICÍPIO DE MISSÃO VELHA/CE”**.

DO PROJETO

Dispõem os artigos da presente propositura:

Art. 1º. Fica denominada de Sebastião Pereira Cruz Neto a areninha, a ser construída pelo Governo do Estado do Ceará, no município de Missão Velha.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

DA JUSTIFICATIVA

Justifica o ilustre Parlamentar que “Sebastião Pereira Cruz Neto, conhecido por Batinha, nasceu em Barbalha, no Ceará, em 30 de agosto de 1980. É o terceiro filho do casal Luis Rosemberg Dantas Macêdo, economista, servidor da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; e da senhora Maria Gema Galgani Cruz Macêdo, pedagoga, servidora pública estadual, com atuação docente no Ginásio Paroquial de Missão Velha, responsável pela formação intelectual de inúmeros filhos de Missão Velha.

Os irmãos de Sebastião Neto são: 1) Geamberg Eistein Cruz Macêdo, médico cirurgião, com atuação profissional na região Sul do Estado, desenvolvendo serviços profissionais voluntários no município de Missão Velha/CE; 2) Márcia Eugênnia Cruz Macêdo, formada em enfermagem, servidora pública estadual em Pernambuco; 3) Luiz Rosemberg Dantas Macêdo Filho, médico anesthesiologista, atual Vice-Prefeito de Missão Velha/CE.

Em segunda núpcias, o genitor de Sebastião Neto contraiu matrimônio com a senhora Marilene Eugênio Dantas Macêdo, constituindo prole de dois filhos: Amanda e Eugênio Pacelli Dantas Macêdo, que são estudantes.

Os avós paternos de Batinha são: Sebastião Pereira Cruz, conhecido por Murilo Cruz, agropecuarista, empresário e líder político, tendo exercido o cargo de Vice-Prefeito de Missão Velha/CE; e Zenir Irene

Silva Cruz, professora. Os avós maternos são: João Macêdo Coelho, empresário, contribuiu acentuadamente no ramo de construção civil, foi Vereador por diversas legislaturas em Missão Velha; e Francisca Imilce Dantas Macêdo, pertencente às tradicionais famílias políticas do Cariri.

Sebastião Neto, carinhosamente conhecido por Batinha, viveu intensamente a infância e adolescência da cidade para as fazendas, na companhia do seu avô, o líder Murilo Cruz.

Sebastião Neto iniciou seus estudos em Missão Velha/CE, mais tarde, estudou em Barbalha e Juazeiro do Norte, também no Ceará, deslocando-se diariamente para esta cidade vizinha. Graduou-se em pedagogia pela Universidade Regional do Cariri. Em seguida, realizou seu sonho profissional, formou-se em Medicina, pela Faculdade FAMENE, formando-se em junho de 2013, passando a exercer a profissão de médico com determinação e humanidade.

Mesmo cursando a faculdade em João Pessoa, Sebastião, frequentemente, visitava sua terra amada e aproveitava para rever amigos e familiares, servia sem distinção, era portador de uma inteligência admirável, apreciava uma boa prosa e conhecia por nome os seus conterrâneos.

Sebastião Neto herdou do seu avô-ídolo, Murilo Cruz, a vontade progressista, a bondade nata, as habilidades no trato com as pessoas de todos os níveis, a inflexibilidade de caráter, a mentalidade aberta, a iniciativa fecunda, a palavra sóbria, o faro da realidade, o empreendimento e realização largos, a energia temperada, o apego intransigente às ações pacíficas e o poder catalisador.

Sempre vislumbrou exercer a Chefia do Executivo com o intuito de moralizar a política administrativa de seu povo amado. Dotado de inúmeras qualidades essenciais a um homem honrado, de boa conduta, Sebastião Neto conquistou muitos amigos, os quais lhe deram invulgar aura de respeito e popularidade.

Sebastião Neto fundou a Associação de Sustentação Comunitária (ASSUC), formalizando o seu trabalho junto aos mais carentes, oferecendo atendimento médico hospitalar, assistência social, acompanhamento jurídico e outros serviços.

Fundou um grupo político composto por cidadãos de bem, jovens, universitários, profissionais de diversas áreas, agricultores, donas de casa, enfim, todos aqueles que sonhavam com um governo municipal renovador que implantasse um projeto benéfico ao município e que rompesse as amarras com as antigas oligarquias existentes, as quais geraram, ao longo dos anos, um bloqueio exacerbado do progresso daquela terra.

Ganhou muitos adeptos ao seu forte e invejável compromisso com Missão Velha, tanto que, em realização de pesquisas para o pleito eleitoral vindouro, aparecia “Sebastião Pereira Cruz Neto”, o jovem Batinha, liderando com uma expressiva intenção de votos para a Chefia do Executivo Municipal.

Por ironia do destino, a morte havia chegado, furtiva, inesperada e traiçoeira. Sebastião Pereira Cruz Neto foi vítima de um acidente automobilístico ocorrido em 27 de setembro de 2013, na CE 293. Profundo abalo comoveu a população, gemiam milhares de corações naquele dia fúnebre. Na Igreja

Matriz, o pároco enfatizou que seria Batinha o escolhido pela população para implementar a mudança política que Missão Velha sonhava, ressaltando que os homens de bem deveriam seguir o seu exemplo de dignidade e buscar inspiração no seu projeto político renovador.

Os projetos de mudança de Sebastião Neto foram capitaneados pelo seu irmão Dr. Rosemberg Macêdo (Dr. Lorim), liderando o grupo implantado pelo líder incontestado Batinha, mantendo a esperança de uma significativa mudança dos rumos políticos e administrativos de Missão Velha.

Diante das razões expostas, denominar o trecho da CE-292, que liga a cidade de Missão Velha à Juazeiro do Norte, de Sebastião Pereira Cruz Neto, é preservar, na memória da região, a história de um notável cidadão.”

ASPECTOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E DOUTRINÁRIOS

Passaremos agora a análise da proposição em baila sob seus aspectos constitucionais, legais e doutrinários.

A *Lex Fundamentalis*, em seu bojo, estabelece o seguinte:

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, **os Estados**, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

A Constituição Federal estabelece diferentes autonomias no seu texto, que variam bastante na sua amplitude. Desta forma, encontramos as autonomias políticas que caracterizam um federalismo de três níveis com a capacidade de auto-organização recebida pelos Municípios e o Distrito Federal, mantida a autonomia política dos Estados Membros (art. 18 CF).

Os entes federados têm sua autonomia caracterizada pela capacidade de elaborar suas Constituições, que no nível municipal e distrital recebem o nome de leis orgânicas.

Encontramos ainda na Constituição Federal a previsão de descentralização meramente administrativa, muito mais restrita que as autonomias políticas que caracterizam a federação, e que podem ocorrer em todas as suas esferas.

DAS COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

Dispõe, outrossim, a Carta Magna Federal, em seu art. 25, § 1º, in verbis:

Art. 25. **Os Estados** organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º. São reservadas aos Estados **as competências** que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Por sua vez, estabelece a Carta Magna Estadual, em seu artigo 14, incisos I e IV:

Art. 14. O Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, exerce em seu território as competências que, explícita ou implicitamente, não lhe sejam vedadas pela Constituição Federal, observados os seguintes princípios:

I – respeito à Constituição Federal e à unidade da Federação;

(...)

IV – respeito à legalidade, impossibilidade, à moralidade, à publicidade, à eficiência e à probidade administrativa;

Nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal se encontram os seus poderes, a organização de seu serviço público e a distribuição de competência de seus órgãos, sempre se respeitando os limites da Constituição Federal.

Dessume-se, então, do enunciado da Lei Maior, inexistir legislação específica regulamentando a matéria em questão (*denominação de bens públicos*). Apenas e tão somente trata-se de competência não vedada pela Constituição Federal, podendo assim o Estado exercer em seu território as competências que, explícita ou implicitamente, não lhe sejam vedadas pela Carta Magna Federal, observando-se certos princípios constitucionais.

DOS BENS PÚBLICOS

Reza, ainda, a Constituição da República, em seu art. 26, incisos I a IV, in verbis:

Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados:

I - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União;

II - as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros;

III - as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União;

IV - as terras devolutas não compreendidas entre as da União.

A Constituição do Estado do Ceará, por sua vez, estabelece em seus artigos 19, inciso V e 50, inciso XIII, *ex vi legis*:

Art. 19. Incluem-se entre os bens do Estado:

(...)

V – os que tenham sido ou venham a ser, a qualquer título, incorporados ao seu patrimônio.

(...)

Art. 50. Cabe a Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, dispor a cerca de todas as matérias de competência do Estado do Ceará, especialmente sobre:

(...)

XIII – bens de domínio do Estado e proteção do patrimônio público;

DA INICIATIVA DAS LEIS

A princípio cumpre-nos observar que a iniciativa de Leis, segundo o artigo 60, I, da Constituição Estadual, cabe aos Deputados Estaduais.

Vale ressaltar que a competência acima citada é remanescente ou residual, ou seja, remanesce aos Deputados Estaduais a iniciativa de assuntos não atribuídos às outras pessoas taxativamente citadas nos demais incisos do mencionado artigo (Art. 60, incisos II, III, IV, V e VI, § 2º e suas alíneas”).

No que concerne a projeto de lei, assim dispõe o art. 58, inciso III, da Carta Estadual, *in verbis*:

Art. 58. O processo legislativo compreende a elaboração de:

(...)

III – leis ordinárias;

Da mesma forma dispõem os artigos 196, inciso II, alínea “b”, e 206, inciso II do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Resolução 389 de 11/12/96 - D.O. 12.12.96), respectivamente, abaixo:

Art. 196. As proposições constituir-se-ão em:

(...)

II – projeto:

(...)

b) de lei ordinária;

(...)

Art. 206. A Assembleia exerce a sua função legislativa, além da proposta de emenda à Constituição Federal e à Constituição Estadual, por via de projeto:

(...)

II – de lei ordinária, destinado a regular as matérias de competência do Poder legislativo, com a sanção do Governador do Estado;

Cumpre-nos apenas ressaltar, a observância à restrição da Constituição Estadual em seu art. 20, inciso V à denominação de bens públicos:

Art. 20: É vedado ao Estado .

(...)

V – atribuir nome de pessoa viva a avenida, praça, rua, logradouro, ponte, reservatório de água, viaduto, praça de esporte, biblioteca, hospital, maternidade, edifício público, auditórios, cidades e salas de aula.

Ocupando a Constituição o topo da hierarquia do sistema normativo, é nela que o legislador encontrará a forma de elaboração legislativa e o seu conteúdo. Qualquer espécie normativa editada em desrespeito ao processo legislativo, mais especificamente, inobservando aquele que detinha o poder de iniciativa legislativa para determinado assunto, apresenta flagrante vício de inconstitucionalidade.

Podemos observar que a proposição em análise não fere a competência de iniciativa do processo legislativo, atribuída privativamente ao Governador do Estado, na forma e nos casos previstos na

Constituição Estadual, nem enfoca matéria relacionada com a estrutura organizacional e o funcionamento do Poder Executivo, especificamente disposição e funcionamento da administração estadual, prevista no art. 88, incisos III, e VI, da Carta Magna Estadual.

Tampouco adentram a iniciativa legislativa do Governador do Estado, no que tange as matérias elencadas no art. 60, II, § 2º e suas alíneas. Tudo isso, somado ao fato de que a Carta Estadual não reserva ao Governador a competência iniciadora, a quem a Lei Maior Estadual também prevê iniciativa privativa de leis que disponham sobre as mesmas, não interferindo, portanto na criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, não invadindo, portanto, a competência legal dos órgãos daquele Poder.

Segundo nosso entendimento, a proposição em baila não impôs qualquer tipo de conduta ao Poder Executivo não ofendendo, portanto o princípio da tripartição dos Poderes, consagrado no art. 2º da Constituição da República e art. 3º da Constituição do Estado, tampouco desrespeitando o princípio da unidade da Federação.

Destarte, uma vez que este ato não fere nenhuma das disposições constitucionais e legais acima elencadas, entendemos que não há exceção ou invasão de limites de competência ou iniciativa legislativa.

Atendendo à solicitação desta Procuradoria feita por meio do **Ofício nº 010/2019-PROC.**, datado de 21 de fevereiro de 2019, nos foi informado através de **OFÍCIO DO DAE (Departamento de Arquitetura e Engenharia do Estado do Ceará) Nº 068/2019-SUPER**, datado de 25 de fevereiro de 2019, que:

- 1 – “O imóvel em questão foi construído com recursos públicos do Estado do Ceará;
- 2 – O referido prédio pertence ao Município em questão;
- 3 – Não temos informações, quer seja do Município, quer seja do próprio Estado, que a Unidade já foi denominada oficialmente;
- 4 – A construção foi concluída;
- 5 – A construção do Campinho (Areninha Tipo II) está com 20% dos serviços executados.”

Observa-se então que a proposição em análise **fere a competência de iniciativa do processo legislativo municipal, posto ser uma competência municipal**, nos termos do art. 30, inciso I, da CF/88 que determina: **“legislar sobre assuntos de interesse local”**, ao enfocar matéria relacionada com a estrutura organizacional e o funcionamento do Poder Executivo Municipal.

Segundo nosso entendimento, a proposição em baila impôs uma atribuição ao Poder Executivo Municipal, portanto, violando o princípio da tripartição dos Poderes, consagrado no art. 2º da Constituição da República e art. 3º da Constituição do Estado, desrespeitando o princípio da unidade da Federação.

Face ao supracitado documento, verifica-se que o presente projeto de lei, visando denominar de “Sebastião Pereira Cruz Neto, a Areninha a ser construída no Município de Missão Velha/CE”, trata-se de bem de domínio público municipal, não cabendo ao Nobre Parlamentar a iniciativa legislativa sobre sua denominação.

CONCLUSÃO

Assim, pelo exposto, somos de **PARECER CONTRÁRIO** à regular tramitação do presente Projeto de Lei, por não se encontrar em perfeita sintonia com o que preceituam as Constituições Federal e Estadual,

e se ajustar à exegese dos artigos 58, inciso III, e 60, inciso I, da Carta Estadual, como também aos artigos 196, inciso II, alínea “b”, e 206, inciso II do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Resolução 389 de 11/12/96 - D.O. 12.12.96).

É o parecer, salvo melhor juízo.

CONSULTORIA TÉCNICO-JURÍDICA DA PROCURADORIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

A handwritten signature in blue ink, reading "Sulamita Grangeiro Teles Pamplona". The signature is fluid and cursive, with the first letter 'S' being particularly large and stylized.

SULAMITA GRANGEIRO TELES PAMPLONA

ANALISTA LEGISLATIVO

Nº do documento:	(S/N)	Tipo do documento:	DESPACHO
Descrição:	PL 07/2019 - ENCAMINHAMENTO À COORDENADORIA DAS CONSULTORIAS TÉCNICAS.		
Autor:	99281 - FRANCISCO JOSE MENDES CAVALCANTE FILHO		
Usuário assinator:	99281 - FRANCISCO JOSE MENDES CAVALCANTE FILHO		
Data da criação:	11/03/2019 09:32:14	Data da assinatura:	11/03/2019 09:32:19



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

CONSULTORIA JURÍDICA

DESPACHO
11/03/2019

De acordo com o parecer.

Encaminhe-se ao Senhor Coordenador das Consultorias Técnicas.

FRANCISCO JOSE MENDES CAVALCANTE FILHO
DIRETOR DA CONSULTORIA TÉCNICO JURÍDICA

Nº do documento:	(S/N)	Tipo do documento:	DESPACHO
Descrição:	PL 7/2019 - ANÁLISE E REMESSA AO PROCURADOR		
Autor:	99313 - WALMIR ROSA DE SOUSA		
Usuário assinator:	99313 - WALMIR ROSA DE SOUSA		
Data da criação:	11/03/2019 16:49:13	Data da assinatura:	11/03/2019 16:49:19



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

COORDENADORIA DAS CONSULTORIAS TECNICAS

DESPACHO
11/03/2019

DE ACORDO COM O PARECER.

ENCAMINHE-SE AO POROCURADOR.

WALMIR ROSA DE SOUSA
COORDENADOR DA PROCURADORIA

Nº do documento:	(S/N)	Tipo do documento:	DESPACHO
Descrição:	PROJETO DE LEI N] 0007/2019 - PARECER - ANÁLISE E REMESSA À CCJR.		
Autor:	99649 - RODRIGO MARTINIANO AYRES LINS		
Usuário assinator:	99649 - RODRIGO MARTINIANO AYRES LINS		
Data da criação:	11/03/2019 16:59:13	Data da assinatura:	11/03/2019 16:59:22



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

GABINETE DO PROCURADOR

DESPACHO
11/03/2019

De acordo com o parecer.

Encaminhe-se à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

RODRIGO MARTINIANO AYRES LINS

PROCURADOR

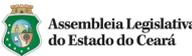
Nº do documento:	(S/N)	Tipo do documento:	MEMORANDO
Descrição:	DESIGNAÇÃO DE RELATORIA		
Autor:	99741 - DEPUTADO ANTONIO GRANJA		
Usuário assinator:	99741 - DEPUTADO ANTONIO GRANJA		
Data da criação:	12/03/2019 12:24:34	Data da assinatura:	12/03/2019 12:24:54



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

MEMORANDO
12/03/2019

	Diretoria Adjunta Operacional	CÓDIGO:	FQ-COTEP-002-00
	Formulário de Qualidade Comissões Técnicas Permanentes	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	Memorando de Designação de Relatoria	DATA REVISÃO:	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Júlio César Filho

Assunto: Designação para relatoria

Senhor Deputado,

Conforme prevê o art. 65, inciso IV, da Resolução nº 389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno da ALECE), designamos Vossa Excelência para relatar:

Matéria: SIM

Emendas: NÃO

Regime de Urgência: NÃO.

Solicitamos observar os prazos estabelecidos no art. 82, do Regimento Interno, conforme abaixo:

Art. 82. O Relator terá, para apresentação de seu parecer escrito, os seguintes prazos:

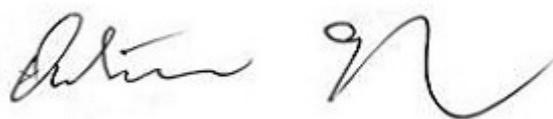
I - 10 (dez) dias, nas matérias em regime de tramitação ordinária;

II - 5 (cinco) dias, nas matérias em regime de prioridades;

III - 2 (dois) dias, nas matérias em regime de urgência.

Outrossim, solicitamos que a proposição seja devolvida à Comissão, tão logo seja emitido o parecer de Vossa Excelência.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Antonio Granja', with a stylized flourish at the end.

DEPUTADO ANTONIO GRANJA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Nº do documento:	(S/N)	Tipo do documento:	PARECER
Descrição:	PARECER CCJR		
Autor:	99062 - DEPUTADO JULIO CESAR FILHO		
Usuário assinator:	99062 - DEPUTADO JULIO CESAR FILHO		
Data da criação:	27/09/2019 14:40:00	Data da assinatura:	27/09/2019 14:40:06



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

GABINETE DO DEPUTADO JULIOCESAR FILHO

PARECER
27/09/2019

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI 07/2019

DENOMINA DE SEBASTIÃO PEREIRA CRUZ NETO, A ARENINHA A SER CONSTRUÍDA NO MUNICÍPIO DE MISSÃO VELHA/CE.

PARECER

I – RELATÓRIO

(exposição da matéria – Art. 102, §1º, I, do Regimento Interno)

Trata-se do **Projeto de Lei nº 07/2019** proposto pelo Deputado Leonardo Araújo, o qual denomina de Sebastião Pereira Cruz Neto, a areninha a ser construída no município de Missão Velha/CE.

Na justificativa do Projeto de Lei o autor destaca que "**Sebastião Pereira Cruz Neto, conhecido por Batinha, nasceu em Barbalha, no Ceará, em 30 de agosto de 1980. É o terceiro filho do casal Luis Rosemberg Dantas Macêdo, economista, servidor da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; e da senhora Maria Gema Galgani Cruz Macêdo, pedagoga, servidora pública estadual, com atuação docente no Ginásio Paroquial de Missão Velha, responsável pela formação intelectual de inúmeros filhos de Missão Velha.**"

Inicialmente, vale esclarecer que os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica de redação legislativa do presente projeto foram devidamente analisados pela Procuradoria desta Casa Legislativa, às fls. 14/20, que apresentou parecer contrário à sua regular tramitação, por entender que não se encontra em harmonia com os ditames jurídico-constitucionais.

Vale esclarecer que, consoante o disposto no artigo 48, inciso I, a, do Regimento Interno, compete à CCJR a análise dos aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica de redação legislativa de projetos, competindo à análise do mérito as demais comissões.

É o relatório. Passo a opinar.

II – VOTO

(Art. 102, §1º, II, Do Regimento Interno)

Feitas estas breves considerações iniciais, como membro da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, passo a emitir parecer acerca da constitucionalidade do projeto ora examinado.

Referido Projeto de Lei visa da denominação a Areninha localizada no Município de Missão Velha/CE, de Sebastião Pereira Cruz Neto.

Ao analisar a constitucionalidade do Projeto de Lei em comento, vimos que a Procuradoria deste Poder deu o parecer contrário, alegando a inconstitucionalidade por entender que a mesma fere a competência de iniciativa, haja vista que, consoante informado, através do ofício do DAE nº 68/2019, a areninha que se vislumbra denominar pertencerá ao Município de Missão Velha e não ao Estado do Ceará, e, sendo o bem de domínio público municipal, caberia ao Município, com sustentáculo na autonomia dos entes federativos, adotar as medidas estabelecidas em sua Lei Orgânica para denominar o bem de sua propriedade, padecendo, tal projeto de lei, de vício insanável de inconstitucionalidade.

Destarte, podemos ressaltar a Lei nº 16.968, de 30 de agosto de 2019, que nos dar o embasamento legal para decidir pela constitucionalidade da matéria. Senão vejamos:

Art. 1º - Os convênios ou instrumentos congêneres celebradas para a realização de obras públicas financiadas pelo Governo do Estado, em patamar superior a 50% (cinquenta por cento), deverão conter cláusula expressa indicando que a denominação do bem público será realizada por Lei aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.

Parágrafo único. Os convênios e instrumentos congêneres dispostos do caput deste artigo, já finalizados ou em execução, cujo aporte seja mais de 50% (cinquenta por cento) oriundos de recursos do governo do Estado, serão denominados pela Assembleia Legislativa.

Art. 2º - As Leis estaduais vigentes de **denominação de obras públicas** decorrentes dos convênios ou instrumentos congêneres, **já finalizadas ou em execução, não estarão sujeitas ao disposto no art. 1º da presente Lei.**

Quanto à iniciativa da Lei, constata-se que a presente proposição segue os devidos ditames da norma constitucional posta, uma vez que se encaixa na competência legislativa dos deputados estaduais, pois a proposição da matéria supracitada não recai sobre quaisquer das competências privativas do líder do Poder Executivo, previstas no art. 60, II, §2º, em suas alíneas da Constituição Estadual. Portanto, segue o disposto no art. 60, I, do mesmo diploma legal, estando em perfeita consonância constitucional.

Diante do exposto, convencido da legalidade do Projeto de Lei nº 07/2019, apresentamos **PARECER FAVORÁVEL**, à regular tramitação da presente Proposição.

É o parecer.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'J. Cesar Filho', written in a cursive style.

DEPUTADO JULIO CESAR FILHO

DEPUTADO (A)

Nº do documento:	(S/N)	Tipo do documento:	DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO
Descrição:	CONCLUSÃO DA CCJR		
Autor:	99741 - DEPUTADO ANTONIO GRANJA		
Usuário assinator:	99741 - DEPUTADO ANTONIO GRANJA		
Data da criação:	01/10/2019 17:12:05	Data da assinatura:	01/10/2019 17:12:29



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

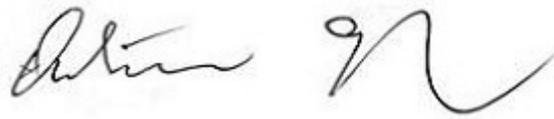
DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO
01/10/2019

 Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	Diretoria Adjunta Operacional	CÓDIGO:	FQ-COTEP-004-00
	Formulário de Qualidade Comissões Técnicas Permanentes	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	Conclusão da Comissão	DATA REVISÃO:	

26ª REUNIÃO ORDINÁRIA Data 01/10/2019

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

CONCLUSÃO: APROVADO O PARECER DO RELATOR.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Antonio Granja', with a stylized flourish at the end.

DEPUTADO ANTONIO GRANJA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Nº do documento:	(S/N)	Tipo do documento:	DESPACHO
Descrição:	APROVADO		
Autor:	99725 - EVA SARA STUDART ARAÁŠJO PEREIRA		
Usuário assinador:	99623 - EVANDRO LEITAO_		
Data da criação:	03/10/2019 13:01:42	Data da assinatura:	03/10/2019 15:31:37



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

PLENÁRIO

DESPACHO
03/10/2019

APROVADO EM DICUSSÃO INICIAL E VOTAÇÃO NA 95ª (NONAGESÍMA QUINTA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 03/10/2019.

APROVADO EM DISCUSSÃO FINAL E VOTAÇÃO NA 96ª (NONAGÉSIMA SEXTA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 03/10/2019.

APROVADO EM VOTAÇÃO ÚNICA DA REDAÇÃO FINAL NA 97ª (NONAGÉSIMA SÉTIMA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 03/10/2019.

EVANDRO LEITAO_

1º SECRETÁRIO



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

AUTÓGRAFO DE LEI NÚMERO DUZENTOS E NOVE

**DENOMINA SEBASTIÃO PEREIRA CRUZ
NETO A ARENINHA CONSTRUÍDA NO
MUNICÍPIO DE MISSÃO VELHA.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

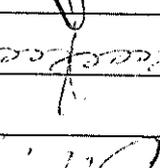
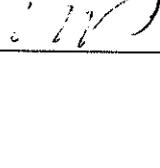
D E C R E T A:

Art. 1.º Fica denominada Sebastião Pereira Cruz Neto a Areninha construída pelo Governo do Estado do Ceará, no Município de Missão Velha.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 3 de outubro de 2019.

	DEP. JOSÉ SARTO PRESIDENTE
	DEP. FERNANDO SANTANA 1.º VICE-PRESIDENTE (no exercício da Presidência)
	DEP. DANNIEL OLIVEIRA 2.º VICE-PRESIDENTE
	DEP. EVANDRO LEITÃO 1.º SECRETÁRIO
	DEP. ADERLÂNIA NORONHA 2.º SECRETÁRIA
	DEP. PATRÍCIA AGUIAR 3.º SECRETÁRIA
	DEP. LEONARDO PINHEIRO 4.º SECRETÁRIO

§ 1.º Entende-se como Prevenção à Corrupção as iniciativas para evitar a ocorrência de ato de corrupção.

§ 2.º Entende-se como Combate à Corrupção as iniciativas de identificação, controle e aplicação de sanções/penas a quem praticou corrupção.

Art. 2.º A combinação dos fatores elencados nos §§1.º e 2.º do art. 1.º, de forma harmônica, servirão como balizadores para realização de eventos, encontros, palestras, debates e seminários dirigidos à população, em especial à parcela em idade escolar.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ,
em Fortaleza, 10 de outubro de 2019.

Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO

LEI Nº17.040, 10 de outubro de 2019.

(Autoria: Evandro Leitão)

DENOMINA LUIZETE ALBANO DE FREITAS MENEZES A ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE CHOROZINHO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica denominada Luizete Albano de Freitas Menezes a Escola Estadual de Ensino Médio localizada no Município de Chorozinho.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ,
em Fortaleza, 10 de outubro de 2019.

Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO

LEI Nº17.041, 10 de outubro de 2019.

(Autoria: Augusta Brito)

CRIA A SEMANA DIANA PITAGUARY NAS ESCOLAS INDÍGENAS DO ESTADO DO CEARÁ.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica criada a Semana Diana Pitaguary, a ser realizada nas Escolas Indígenas do Estado do Ceará.

Art. 2.º A semana de que trata o art. 1.º será realizada em todas as escolas indígenas localizadas em nosso estado, nos territórios em que vivem 14 etnias, e tem como objetivo debates com os alunos sobre a temática da violência contra a mulher, o feminicídio e a importunação sexual.

Art. 3.º As atividades mencionadas no art. 2.º poderão ser executadas pelo Poder Público Estadual, podendo para isso realizar parcerias com os órgãos da rede de enfrentamento a violência contra a mulher e com entidades da sociedade civil especializadas no tema.

Art. 4.º A Semana Diana Pitaguary passa a fazer parte do Calendário Oficial de Eventos do Estado do Ceará e será realizada anualmente na primeira semana do mês de agosto.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ,
em Fortaleza, 10 de outubro de 2019.

Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO

LEI Nº17.042, 10 de outubro de 2019.

(Autoria: Nizo Costa)

INSTITUI, NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DO CEARÁ, A FESTA RELIGIOSA DO PADROEIRO SÃO SEBASTIÃO, NO DISTRITO DE SÃO SEBASTIÃO, NO MUNICÍPIO DE CARIÚS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica instituída, no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Ceará, a Festa do Padroeiro São Sebastião, no Distrito de São Sebastião, no Município de Cariús.

Art. 2.º A Festa do Padroeiro São Sebastião é realizada no mês de janeiro, com novenários e missa de encerramento no dia 20, data do Padroeiro.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ,
em Fortaleza, 10 de outubro de 2019.

Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO

LEI Nº17.043, 10 de outubro de 2019.

ALTERA A LEI N.º15.350, DE 2 DE MAIO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE A FINALIDADE, AS ATRIBUIÇÕES E A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O caput do art. 2.º da Lei n.º 15.350, de 2 de maio de 2013,

passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2.º O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos é órgão permanente, integrando-se à estrutura da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos e terá autonomia administrativa e institucional, não se sujeitando a qualquer subordinação hierárquica." (NR)

Art. 2.º Os incisos I e V do art. 3.º da Lei n.º 15.350, de 2 de maio de 2013, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 3.º

I - Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos;

.....

V - Secretaria da Administração Penitenciária;" (NR)

Art. 3.º Modifica o § 2.º e adiciona os §§ 5.º e 6.º ao art. 5.º da Lei n.º 15.350, de 2 de maio de 2013, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5.º

§ 2.º Os membros da sociedade civil serão escolhidos em Assembleia convocada para esse fim, por meio de Edital Público amplamente divulgado pela Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos.

.....

§ 5.º Na ausência de inscrição de representantes de algum dos segmentos das organizações da sociedade civil indicados nesta Lei, a representação poderá ser reutilizada por outro segmento da sociedade civil, cumprindo os demais requisitos estabelecidos na lei, sendo que este novo segmento, não previsto no art. 4.º deverá ser indicado ou homologado pelo Pleno do CEDDH, eleito mediante novo edital, mantendo-se a paridade entre a sociedade civil e o Estado. O novo segmento passará a compor o rol de entidades, mediante registro em ata da Assembleia.

§ 6.º Os representantes do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos observarão o cumprimento dos princípios estabelecidos no art. 14 da Constituição do Estado do Ceará". (NR)

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ,
em Fortaleza, 10 de outubro de 2019.

Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO

LEI Nº17.044, 10 de outubro de 2019.

(Autoria: Leonardo Araújo)

DENOMINA SEBASTIÃO PEREIRA CRUZ NETO A ARENINHA CONSTRUÍDA NO MUNICÍPIO DE MISSÃO VELHA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica denominada Sebastião Pereira Cruz Neto a Areninha construída pelo Governo do Estado do Ceará, no Município de Missão Velha.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ,
em Fortaleza, 10 de outubro de 2019.

Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO

LEI Nº17.045, 10 de outubro de 2019.

(Autoria: Leonardo Araújo e coautoría Leonardo Pinheiro)

DENOMINA ANTÔNIO MONTEIRO FILHO A ARENINHA NO MUNICÍPIO DE ACARAPE.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica denominada Antônio Monteiro Filho a Areninha construída pelo Governo do Estado no Município de Acarape.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ,
em Fortaleza, 10 de outubro de 2019.

Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO

LEI Nº17.046, 10 de outubro de 2019.

(Autoria: Dr. Carlos Felipe)

DENOMINA FRANCISCO FREIRES DA COSTA A ARENINHA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOVO ORIENTE.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica denominada Francisco Freires da Costa a Areninha construída pelo Governo do Estado do Ceará no Município de Novo Oriente.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ,
em Fortaleza, 10 de outubro de 2019.

Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO

